



EDITORIAL

Dossiê “As (re) configurações rurais e urbanas na alimentação e a perspectiva territorial”

Por um lado, ainda que a evolução recente do mundo rural tenha apresentado um acelerado processo de desenvolvimento capitalista, a agricultura familiar segue seu percurso com um caráter sociobiodiverso. Por outro lado, os movimentos sociopolíticos em torno da alimentação de qualidade vêm ganhando expressividade nos meios urbano e rural mundiais. Assim, observa-se múltiplas (re) configurações entre espaços e atores urbanos e rurais que merecem nossa atenção.

No passado, as políticas públicas relacionadas à alimentação e à agricultura se situavam na esfera das organizações profissionais. Atualmente, distintos atores, desde consumidores conscientes a agricultores urbanos, passando por instituições internacionais e governos em diferentes escalas, articulam-se na reconfiguração das relações entre estilos de vida urbano e rural.

Nessa reconfiguração emergem iniciativas inovadoras, que indicam um aumento da consciência sociopolítica acerca dos problemas vinculados ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Cada vez mais, os atores sociais reconhecem e questionam elementos relacionados à diminuição da agrobiodiversidade, ao aquecimento global e suas repercussões territoriais, à falta de água, à contaminação por agrotóxicos dos lençóis freáticos, dos solos e dos alimentos, ao aumento da fome por um lado e da obesidade por outro. Em um contexto de exaustão de recursos não renováveis e mudanças climáticas, é necessário ativar processos inovadores que possam aprimorar os recursos sócio territoriais e renová-los, limitando o impacto no território. Incentivar, portanto, processos eco compatíveis, baseados em novos métodos de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas e serviços associados. A dimensão territorial permite ativar formas de cooperação entre atores e setores proporcionando novas configurações.

Assim, a alimentação saudável e de qualidade tem estado no centro dos debates que abordam os problemas vinculados ao modelo hegemônico de desenvolvimento. E, portanto, compreender as iniciativas e estratégias empregadas pelos atores sociais, políticos e econômicos em torno dessa questão, e as consequentes reconfigurações entre urbano e rural, é fundamental para quem se desafia a analisar e a compreender processos de desenvolvimento regional.

Gerar e proporcionar qualidade de vida às populações dos diversos rincões, rurais, urbanos ou periurbanos, Brasil ou mundo afora, perpassa a questão da alimentação. Uma alimentação, não apenas em quantidade, mas de qualidade, que respeite os hábitos culturais, a biodiversidade e a soberania alimentar nas diferentes regiões. O aumento da consciência sociopolítica acima mencionado, tem feito emergir diversas iniciativas que abrangem desde agricultura urbana, agroturismo, construção social de tecnologias, feiras livres, quintais, hortas e redes de entregas domiciliares, muitas das quais configuram circuitos curtos de comercialização, até residências secundárias no campo e pluriatividade agrícola, bem como, ações de desenvolvimento territorial em torno de produtos e serviços diferenciados, como indicações geográficas ou cesta de bens e serviços territoriais. E não poderíamos deixar de

mencionar, que em meio a essa consciência sociopolítica, despontam políticas públicas de denominação territorial, especialmente na América Latina, que assumiram o desafio de tentar superar a perspectiva setorial e exógena do desenvolvimento, procurando fomentar respostas inovadoras a problemas que historicamente assolam as regiões, influenciando várias das iniciativas mencionadas.

Nos artigos que compõem o Dossiê da revista REDES, intitulado “As (re) configurações rurais e urbanas na alimentação e a perspectiva territorial” são abordadas diversas práticas de resistência ou novas propostas que se põe como alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, diretamente relacionadas à questão alimentar, bem como discutidas repercussões de políticas públicas que ora vão ao encontro das práticas de resistência, ora favorecem a continuidade da modelo hegemônico. Os artigos apontam também a importância da abordagem territorial e sua contribuição no desenvolvimento de projetos de valorização dos recursos socioculturais, ambientais e econômicos.

O artigo que abre este Dossiê, *O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio*, dos pesquisadores Marcelo Antonio Conterato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) e Cauê Assis Bráz (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) tem como foco o contexto do crescimento da soja na Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. Analisando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os valores financiados pelos contratos firmados na região, verificam os pesquisadores, mudanças na produção agrícola regional. Embora o Pronaf tenha por objetivo fortalecer o pequeno produtor rural diminuindo a especialização produtiva, de modo a reduzir desigualdades na agricultura brasileira, a análise da Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR) e da Produção Agrícola Municipal (PAM), evidencia que o programa não segue por este caminho.

A seguir temos o artigo *The “promise of difference” of cooperative supermarkets: making quality products accessible through democratic sustainable food chains?* escrito por Giulia Giacchè (AgroParisTech) e Morgane Retière (Universidade de São Paulo – USP) que aborda o fenômeno dos supermercados cooperativos e participativos que estão se espalhando pela Europa, em especial, na França. Analisados sob a perspectiva de uma “promessa de diferença” distinta do modelo atual de oferta de alimentos, os mercados cooperativos e participativos emergem como uma alternativa, tanto aos supermercados convencionais quanto às redes alternativas. Essas cooperativas inspiram-se nos modelos dos supermercados convencionais em termos de acessibilidade (preços baixos, horários de funcionamento prolongados) e variedade de produtos, porém, distinguem-se por serem organizações sem fins lucrativos, reinvestindo o lucro na própria cooperativa ou em projetos solidários, além de envolverem ativamente os consumidores na tomada de decisões.

Na sequência, o artigo *A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos*, da autoria de Ademir Antonio Cazella (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Leandro Guimarães Nunes de Paula (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Monique Medeiros (Universidade Federal do Pará – UFPA) e Valério Alécio Turnes (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) identifica recursos e ativos territoriais específicos da Serra Catarinense com potencial de constituir uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), caracterizando uma alternativa ao modelo produtivista hegemônico. Por meio de pesquisas bibliográfica e documental e trabalho de campo, os pesquisadores apontam que, para além das iniciativas de criação de Indicações Geográficas

(IG) para o queijo artesanal serrano, maçã, vinhos de altitude e o mel de melato, o turismo rural evidencia as potencialidades do território no desenvolvimento de iniciativas que consolidem uma CBST.

O quarto artigo deste Dossiê, *As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades*, das pesquisadoras Romilda de Souza Lima (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE) e Ana Paula Cavali Fontana (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE) analisa as relações entre agricultores-feirantes e consumidores em dois municípios do Oeste do Paraná: Marechal Cândido Rondon e Medianeira. Para tal, as pesquisadoras averiguaram, por meio de metodologia essencialmente qualitativa, o significado e a importância das feiras para os atores envolvidos e as representações das mesmas nas práticas alimentares envolvendo hábitos, cultura, identidades alimentares e identidades produtivas.

Em seguida, o artigo *Evolução das conexões entre produção e consumo e seus impactos sobre as dinâmicas de um território: o caso de Mocajuba na Amazônia oriental – PA* apresentado por Marc Piraux (Universidade Federal do Pará – UFPA) e Pauline Hélène Cécile Marie Cuenin (Universidade Federal de Viçosa – UFV) destaca que frente a conjuntura global de alongamento de cadeias alimentares e conseqüente distanciamento dos produtores agrícolas com os consumidores, movimentos locais de resistência se destacam, propondo iniciativas de reaproximação entre agricultores e sociedade. Nesse sentido, os pesquisadores analisaram os processos de desconexão e reconexão entre produção e consumo no município de Mocajuba (PA) na Amazônia Oriental, a partir da análise dos fluxos de produtos agrícolas e alimentares entre o município e o exterior e dentro do município, complementada por uma análise da trajetória do território nas últimas décadas e dos projetos de desenvolvimento local atuais.

No sexto artigo, *Reconexão entre produção e consumo de alimentos e a política territorial de desenvolvimento rural no Brasil*, as pesquisadoras Anelise Graciele Rambo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) e Tanise Dias Freitas (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC) discutem que as tradicionais estratégias de desenvolvimento rural têm desconsiderado os circuitos curtos de comercialização por um lado e, por outro, cada vez mais vem sendo reconhecida a importância da reconexão entre a produção e o consumo de alimentos, seja no âmbito político, seja no social ou acadêmico. Diante desse cenário, analisam com base em pesquisas documental, bibliográfica e realização de entrevistas, que apesar de a política territorial brasileira ter contribuído para o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, isto não representou um objetivo explícito da política. Conseqüentemente, o consumidor tem sido desconsiderado enquanto um ator central na dinâmica territorial de desenvolvimento rural.

As discussões seguem com o artigo *Agroindústria Familiar, ODS's e Desenvolvimento Alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do Semiárido Paraibano/Brasil* dos pesquisadores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Ricélia Maria Marinho Sales, Mônica Tejo Cavalcanti, Karla Jarlita de Moura Silva e Patrícia de Jesus Silva. Estes pesquisadores buscaram apresentar a relação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's), o Desenvolvimento Alternativo e a agroindústria familiar rural de polpa de fruta Fonte de Sabor, no Assentamento São João II, do município de Pombal, território do Médio Piranhas, estado da Paraíba. Mostra-se como a abordagem territorial foi fundamental para iniciar o processo de articulação entre agricultores e outros atores sociais, fato que motivou a organização do grupo de mulheres. A participação das instituições junto a

agroindústria familiar rural de polpa de fruta Fonte do Sabor foi essencial para alcançar o objetivo de redução da pobreza e da geração de renda, a ponto de mudar a realidade das pessoas e promover qualidade de vida em equilíbrio com a natureza.

O oitavo artigo, *Inovação Social e Construções Solidárias: o caso das Agroindústrias familiares no Semiárido da Paraíba – Brasil*, da autoria de Ricélia Maria Marinho Sales (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG), Maria da Paz Nascimento dos Santos Silva (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba), Gesinaldo Ataíde Cândido (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG), Luís Gustavo de Lima Sales (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG) analisou as agroindústrias familiares no tocante à diversificação da agricultura no Semiárido da Paraíba, com base em conceitos como economia solidária e a inovação social. Metodologicamente, foi adotada a sensibilização *in lócus*; prospecção; levantamento bibliográfico e análise descritiva. As agroindústrias produzem bolos e derivados da panificação, realizam beneficiamento de mel e processamento de polpa de frutas. Estas atividades produtivas estão se destacando na região tanto pelo modo de organização quanto pelo papel preponderante das mulheres no tocante a liderança.

Pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Suzimary Specht, Roni Blume, Marta Von Ende, Mylla Trisha Mello de Souza, no artigo *É dia de fazer feira na Universidade: análise do perfil do consumidor da Polifeira*, discutem que nas feiras livres, as relações face-a-face aproximam pessoas e produtos, dinamizando circuitos curtos de comercialização que valorizam a tipicidade e produção regional e local. Os autores avaliam o perfil do consumidor da Polifeira do Agricultor, feira livre da UFSM. A pesquisa de caráter exploratório-descritivo foi pautada em análises estatísticas com resultados quantitativos, advindos de questionários estruturados, aplicados aos consumidores da feira, em outubro de 2017. A presença de uma feira dentro dos espaços da universidade permite o encontro com um público jovem que vai se fidelizando pelo diferencial da reciprocidade e sociabilidade que envolve um dia de feira livre.

Já o artigo *Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo – RS*, de Rosani Marisa Spanevello, Luana Cristina Duarte, Catia Letícia Corrêa Schneider e Sinara Pizzi Martins, também pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), aborda as agroindústrias rurais familiares (ARFs) enquanto uma importante estratégia de reprodução socioeconômica na agricultura familiar. Desse modo, as autoras analisam a importância dos processos de agroindustrialização em propriedades rurais dos municípios de Santo Augusto e Campo Novo/RS no período de dezembro de 2017. A metodologia consistiu em um estudo de caso com quatro ARFs: uma processadora de melado, outra de embutidos, uma terceira de mandioca e a última de panificados.

Estratégias Alimentares de Famílias Rurais Pobres na Região Oeste de Santa Catarina de Andréia Tecchio (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Ademir Antonio Cazella (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Eric Pierre Sabourin (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement), Geneviève Cortes (Université Paul Valéry Montpellier 3) aborda a atuação da sociedade civil brasileira na construção da concepção da Segurança Alimentar e Nutricional e, a partir de 2003, na formulação e gestão de políticas públicas específicas. Por sua vez, os pesquisadores apontam que um conjunto de políticas públicas melhorou a alimentação das famílias rurais pobres, todavia, não foi suficiente para assegurar o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e diversidade.

Frente a esse contexto, estudaram as estratégias alimentares de famílias rurais pobres de dezesseis municípios com características rurais da região Oeste de Santa Catarina, junto a 67 famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família entre 2011 e 2018.

Por fim, o artigo *Características Socioeconômica e ambiental da Agricultura Urbana em Imperatriz-MA*, de Edson Aparecida Araujo Querido Oliveira, Luciana Learte Moura Nunes, Marcela Barbosa de Moraes, da Universidade de Taubaté (UNITAU), realiza um diagnóstico da agricultura urbana no município de Imperatriz do Maranhão, acompanhado de uma análise de suas características sócio produtivas, a partir de técnicas qualitativas de *sensemaking*. Os pesquisadores defendem que a agricultura urbana e periurbana possibilita diminuir a exclusão de populações que vivem em áreas urbanas de países com um grande índice de desigualdade social e econômica. Este tipo de agricultura atenderia às necessidades dessas populações, proporcionando oportunidades de emprego que melhoram os índices de renda bem como suas necessidades alimentares. Os autores ressaltam que a atividade agrícola urbana e periurbana deve ser incluída no processo de planejamento das cidades, uma vez que constitui uma realidade cultural absorvida pelos centros urbanos enquanto prática multifuncional que promove o processo econômico, social e ecológico.

Temas gerais

Nos temas gerais desta edição da Revista REDES são apresentados quatro artigos que abordam pelo menos três dimensões distintas do desenvolvimento. O primeiro faz uma análise acerca da dinâmica de exportação de *commodities*. Em seguida, a dimensão ambiental é posta em discussão, por meio do debate das relações de poder estabelecidas em torno dos bancos de germoplasma institucionais e, da discussão sobre implantação de políticas públicas de saneamento ambiental ao nível municipal. Por fim, um artigo que busca oferecer uma compreensão mais contextualizada do que possa ser desenvolvimento regional tomando em conta a realidade sociocultural brasileira.

Sendo assim, em *As exportações do setor agropecuário da Região Sul do Brasil: uma análise gravitacional* dos pesquisadores Daniel Claudy da Silveira (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ), Paulo Ricardo Feistel (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM) e Argemiro Luís Brum (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ) são analisados os fluxos de comércio dos principais produtos do setor agropecuário (soja, fumo e carnes) exportados pela Região Sul do Brasil, a seus principais mercados de destino (Argentina, China, Estados Unidos e União Europeia), através de um modelo gravitacional, por estimação de dados em painel, com a abordagem de mínimos quadrados ordinários (MQO–Pooled), no período de 2000 a 2012. Os resultados demonstram que os fluxos do setor agropecuário da Região Sul sofrem influência negativa da distância entre os países e, positiva em relação à massa populacional e a taxa de câmbio real sobre os fluxos comerciais entre os países considerados.

O artigo *A biopolítica e seus instrumentos de regulamentação: instituições regionais e suas estratégias de planejamento científico-político* de José Carlos Gomes dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Cristiane Tavares Feijó (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) e Irajá Ferreira Antunes (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA) discute o direito ao acesso dos povos agricultores às sementes conservadas em instituições públicas no Brasil. Os autores enfatizam as relações de poder construídas entre pesquisadores, organizações sociais e instituições federais e

internacionais, no que se refere às questões que permeiam o mundo dos materiais genéticos. Conceitos como biopolítica, subjetividade e ecogovernamentalidade são centrais na discussão a qual aponta que tanto pesquisadores, quanto povos agricultores têm subvertido os mecanismos de controle, construindo espaços de liberdade, o que configura uma alternativa para o desenvolvimento rural, no país.

Em *Saneamento ambiental na região das Missões-RS: realidade e desafios na implantação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento regional*, dos pesquisadores da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Edemar Rotta e Luis Henrique Teixeira Franqui, é discutida a implantação de políticas públicas para solucionar os problemas relacionados ao saneamento ambiental, com ênfase à coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU), questões que representam um grande desafio a ser enfrentado pela maioria dos municípios brasileiros. Os autores analisam a realidade dos municípios da região das Missões, no Rio Grande do Sul, no que concerne à coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. A partir de uma abordagem qualitativa, ressaltam que as alternativas passam pela formação de cooperativas de catadores, no que concerne à coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, e pela atuação conjunta dos municípios, via formação de consórcios públicos, no tocante à destinação final dos resíduos em aterros sanitários.

Esta edição é fechada com um artigo consagrado à problemática do desenvolvimento regional. *O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira* de Ivo Marcos Theis (Universidade Regional de Blumenau - FURB) propõe formular uma compreensão de desenvolvimento regional que corresponda à realidade sociocultural brasileira, considerando o idioma, a institucionalidade educacional dentre outros aspectos, avançando em um entendimento mais preciso do conceito. Sugere que as exigências para que se reconheça o desenvolvimento regional como um campo de conhecimento autônomo estão atendidas.

Desejamos, a todas e todos, uma boa leitura.

Anelise Graciele Rambo, Giulia Giacchè, Ademir Antonio Cazella, Virgínia de Lima Palhares – Editores do Dossiê As (re)configurações rurais e urbanas na alimentação e a perspectiva territorial.

Rogério Leandro Lima da Silveira e Cidonea Machado Deponti - Editores da REDES.

Setembro de 2019.